

**XIV ENCONTRO INTERNACIONAL
DO CONPEDI BARCELOS -
PORTUGAL**

**DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E
SOCIOAMBIENTALISMO I**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direito ambiental, agrário e socioambientalismo I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: João Glicério de Oliveira Filho; Maria Claudia da Silva Antunes De Souza; Norma Sueli Padilha; Sara Maria Pires Leite da Silva. – Barcelos, CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-226-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito 3D Law

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Direito ambiental. 3. Socioambientalismo. XIV Encontro Internacional do CONPEDI (3; 2025; Barcelos, Portugal).

CDU: 34



XIV ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BARCELOS - PORTUGAL

DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIENTALISMO I

Apresentação

APRESENTAÇÃO

O XIV Encontro Internacional do CONPEDI – Barcelos, Portugal, realizado no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, entre os dias 10 a 12 de setembro de 2025, representou um marco significativo no fortalecimento do diálogo científico internacional em torno dos desafios socioambientais contemporâneos.

O Grupo de Trabalho Direito Ambiental, Agrário e Socioambientalismo I consolidou-se, nesse contexto, como um espaço de reflexão crítica e plural sobre as múltiplas dimensões da questão ambiental no cenário atual.

As pesquisas apresentadas abordaram desde a problemática das injustiças ambientais decorrentes de processos de ocupação desordenada e de desigualdades territoriais, até debates sobre justiça socioambiental, direitos da natureza e novos instrumentos jurídicos voltados à proteção do meio ambiente. Questões atuais como a fragmentação de habitats, a perda da biodiversidade e os desafios da conectividade ecológica também ocuparam lugar central nas discussões.

Outro eixo relevante esteve relacionado às políticas públicas e à regulação ambiental, com destaque para os debates sobre resíduos sólidos, mudanças climáticas, zonas de amortecimento de parques nacionais e o novo marco regulatório das emissões de carbono. A relação entre comunidades, poder público e atividades extrativas, especialmente mineração,

impactos ao meio ambiente, mas também propostas concretas de transformação jurídica, institucional e social. Que este conjunto de pesquisas inspire novos diálogos, cooperações e ações efetivas em prol da justiça socioambiental e da construção de um futuro sustentável para as presentes e futuras gerações.

Assinam esta apresentação os coordenadores:

- Prof^a Dr^a Maria Claudia da Silva Antunes De Souza – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI – Brasil
- Prof^a Dr^a Norma Sueli Padilha – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Brasil
- Prof. Dr. João Glicério de Oliveira Filho – Universidade Federal da Bahia – UFBA – Brasil
- Sara Maria Pires Leite da Silva – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – Portugal

NOVAS RURALIDADES, PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL RURAL NA APA DA SERRA DOS PIRENEUS

NEW RURALITIES, RURAL NATURAL AND CULTURAL HERITAGE IN THE SERRA DOS PIRENEUS APA

Celia Maria Machado Ambrozio

Resumo

Este artigo concentrou-se na temática de conservação ambiental em conciliação com a valorização da diversidade cultural, tendo como estudo de caso a atuação dos proprietários /proprietárias rurais na área da APA Serra dos Pireneus, no estado de Goiás. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, adotou, como metodologia registro da área de estudo, levantamento dos aspectos socio-históricos, culturais e ambientais, pesquisa exploratória e realização de entrevistas. A análise das estratégias e das articulações promovidas em propriedades rurais consistiu na organização dos relatos e no reagrupamento dos elementos textuais de acordo com as características em comum, divididos na categoria selecionada para este estudo: preservação dos sítios históricos e naturais para a conservação do Cerrado. A pesquisa demonstrou a atuação marcante dos proprietários rurais na promoção de programas voltados à sensibilização e incentivo para a conservação do bioma Cerrado e valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural, em direção ao desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Conservação ambiental, Diversidade cultural, Patrimônio rural, Conservação ambiental, Diversidade cultural, Patrimônio rural, Cerrado, Desenvolvimento rural sustentável

Abstract/Resumen/Résumé

This article focuses on the theme of environmental conservation in conjunction with valuing cultural diversity, using as a case study the actions of rural landowners in the Serra dos Pireneus APA area, in the state of Goiás. The research, which is qualitative and quantitative in nature, used the following methods: registration of the study area, a survey of socio-historical, cultural and environmental aspects, exploratory research and interviews. The

1. INTRODUÇÃO

O tema do estudo proposto se justifica considerando a intensa perturbação nos ambientes naturais, com altos índices de desmatamento em áreas do bioma Cerrado. Segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) 2021, o Cerrado apresentou a segunda maior taxa de desmatamento no ano de 2021 em relação aos demais biomas brasileiros, com mais de meio milhão de hectares, sendo que a área total desmatada representa quase um terço do total no país (30,2%) (PROJETO MAPBIOMAS, 2021).

A área selecionada nesta pesquisa refere-se à Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra dos Pirineus, que abrange os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis. Essa unidade de conservação ambiental apresenta, entre seus objetivos, a proteção da região serrana e do entorno do Parque Estadual dos Pirineus (PEP), dos remanescentes de Cerrado e dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes (GOIÁS, 2021a).

A APA da Serra dos Pirineus apresenta como característica marcante de seu território rural, pequenas e médias propriedades situadas em área de grande importância ambiental, histórica e sociocultural, tanto em âmbito regional como internacional, portanto considerou-se a região estratégica no sentido de possibilitar a identificação de ações desenvolvidas pela sociedade civil voltadas a conservação ambiental do bioma Cerrado em conjunto com a valorização da cultura e história local.

Diante do contexto apresentado, entendemos que é relevante a identificação das estratégias e das contribuições dos diversos segmentos sociais no meio rural, voltadas à conservação ambiental e à valorização da história e da cultura, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma Cerrado e eliminar os impactos negativos advindos de desmatamentos e queimadas em propriedades rurais.

O artigo tem por objetivo apresentar as contribuições dos proprietários rurais para a conservação ambiental do Cerrado e os diálogos com elementos culturais, históricos e naturais presentes na APA da Serra dos Pirineus. Este artigo é dedicado a registrar a metodologia da pesquisa, partindo de breve registro da área de estudo, a APA Serra dos Pirineus, seus elementos e aspectos naturais, culturais e históricos.

O segundo momento traz a revisão da literatura, trazendo os conceitos de novas ruralidades no espaço rural brasileiro e sua relação com a valorização da diversidade cultural e da crescente importância das atividades não agrícolas no meio rural (turismo, lazer e moradia). Nessa parte, apresentam-se conceitos de patrimônios rural, natural e cultural e desenvolvimento e sustentabilidade no meio rural.

O último e terceiro momento apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa referente às estratégias desenvolvidas pelos proprietários rurais, a partir da categoria de análise identificada como preservação dos sítios históricos e naturais para a conservação do Cerrado, durante as entrevistas com os proprietários rurais situados nos municípios de Corumbá de Goiás e Pirenópolis.

2. O PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO NA APA DA SERRA DOS PIRENEUS

Esta parte sistematiza os dados da pesquisa obtidos sobre os elementos históricos e culturais que predominam na área de abrangência da APA Serra dos Pireneus e seu entorno, com apresentação de breve descrição dos elementos e aspectos identificados nas cidades históricas de Corumbá de Goiás e Pirenópolis.

Os dados levantados em amplo território rural inserido nos municípios de Corumbá de Goiás e Pirenópolis apresenta grande aptidão para o turismo ecológico e rural, recreação e lazer, em área de relevante importância ambiental, histórica e cultural.

A área situada entre o Salto do Corumbá e o Parque Estadual dos Pireneus, perpassa por importantes atrativos naturais, culturais e históricos, com destaque para o empreendimento Salto Corumbá Club Hotel, com seis cachoeiras, além do salto localizado na zona rural do município de Corumbá de Goiás, e a propriedade rural Estância Dona Agnes, que apresenta o antigo e amplo casarão em estilo colonial, construído no ano de 1950. Na praça principal da cidade histórica de Corumbá de Goiás localiza-se a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha, a Casa Esmeralda, o Cine Teatro Esmeralda e a Secretaria de Cultura.

Figura 01 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha



Fonte: autora (2021).

Figura 02 – Casarão em estilo colonial Estância Dona Agnes



Fonte: autora (2021).

Os sítios históricos e arqueológicos associados ao período da mineração do ouro na região das cidades de Corumbá de Goiás e Pirenópolis, ocorrem nos locais em que havia a exploração pelo garimpo desse minério no final do século XIX, entre eles, na propriedade rural onde encontra-se a cachoeira do salto do Corumbá, um dos principais atrativos naturais do Caminho de Cora Coralina, com 50 metros de queda, que apresenta um corte artificial na rocha batizado de Garganta do Ouro.

Nas áreas do entorno do Parque Estadual dos Pireneus e a cidade histórica de Pirenópolis, também existe a presença de sítios históricos e arqueológicos contendo vestígio de regos e muro de pedras, construídos por povos escravizados no período da

mineração do ouro no século XVIII, como, por exemplo, muro de arrimo de pedras nas proximidades da cachoeira e das áreas preservadas no interior da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sítio Lavrinhas.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural denominada Abade, situada nas proximidades do Parque Estadual dos Pirineus, também apresenta as ruínas da época do garimpo do ouro, associadas a quatro cachoeiras, entre elas a Cachoeira do Abade, e vários mirantes com trilhas ecológicas sinalizadas com placas sobre a fauna, a flora, a formação geológica e os recursos hídricos no bioma Cerrado.

Na cidade histórica de Pirenópolis localiza-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, tombada pelo Iphan em 1941.

Figura 03 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: autora (2022).

No centro histórico de Pirenópolis, encontra-se a edificação histórica Casa da Câmara e Cadeia, construída em 1733 e restaurada em 2007, onde é possível conhecer os aspectos socioculturais das festas tradicionais que acontecem na cidade, como as Cavalhadas, com apresentação dos personagens mouros, cristãos e mascarados, e a Festa do Divino Espírito Santo, evento religioso considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, que acontece todos os anos, nos meses de maio e junho, desde o ano de 1819, nas cidades de Corumbá de Goiás e Pirenópolis, após a Páscoa.

Figura 04– Casa da Câmara e Cadeia



Fonte: autora (2022).

Os rituais e personagens dessa festa são apresentados em posters e vídeos no museu, como: Império, Três folias (do Padre, da Cidade e da Roça), Mascarados, Cavalhadas, Reinado (ritual composto pelo Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito), Cavalhadinha e outras expressões ligadas à festa e danças, como as pastorinhas e operetas, contradança, congo, congada, banda de couro, além da barraca do padre, feiras e ranchos dançantes).

A área da pesquisa, entre Pirenópolis e a Fazenda Caxambu, situada no entorno dos limites da APA da Serra dos Pirineus, apresenta parte do percurso sobre relevo acentuado que transpõe a Serra de Caxambu, percorrendo parte do antigo caminho que era utilizado por povos escravizados, que ligava a Fazenda Babilônia a Pirenópolis, onde encontram-se o córrego Godinho e o rio das Pedras.

3. NOVAS RURALIDADES, VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Em contraponto ao processo de modernização da agricultura no espaço agrário brasileiro, surge o conceito de ruralidade, que, conforme define Medeiros (2017), é

originalmente um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. [...] Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades. (MEDEIROS, 2017).

Para Medeiros (2017), ruralidade é uma construção social contextualizada, reflexiva, resultado de ações de sujeitos que internalizam e externalizam sua condição sociocultural presente, reflexo da condição herdada de seus antepassados,

Estas novas ruralidades ao serem estudadas devem considerar todas as especificidades e todas as representações deste espaço rural tanto em relação ao espaço físico (referência ao território e aos seus símbolos), ao lugar onde se vive (territorialidades, identidades) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania e inserção nas esferas políticas e econômicas da sociedade). (MEDEIROS, 2017).

Medeiros (2017) observa que essa uma nova ruralidade começa a fazer-se presente no espaço rural brasileiro, onde se exprime a construção de novas identidades, unidas em torno de práticas, valores e do sentimento de pertencimento. Ela afirma que “esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e em sua relação com o urbano para assim compreender seus contornos, suas especificidades e suas representações” (MEDEIROS, 2017). E conclui que

O rural passa a ser buscado como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana fazendo com que cresçam os investimentos em condomínios horizontais, chácaras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. O espaço rural se vê então, gradativamente, interpenetrado por este novo personagem, o neorural, constituído por profissionais liberais, aposentados, amantes da natureza, todos ex-habitantes da cidade que buscam no campo tranquilidade e paz, mas todos eles com suas referências urbanas e ligados ao mundo global. (MEDEIROS, 2017).

Estudos de Graziano da Silva (2002), relativos ao tema “o novo rural brasileiro”, apresentam o crescimento das atividades não agrícolas nas zonas rurais, com destaque para as principais atividades não agrícolas com importância crescente no meio rural, como a proliferação de agroindústrias no meio rural, as atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços), a preservação do meio ambiente e, por último, a proliferação dos sítios de recreio ou chácaras. O autor ressalta a importância de criação de empregos não agrícolas como estratégia para manter a população rural pobre nos seus espaços de origem e elevar sua renda, bem como ainda enfatiza que “o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

No contexto crescente de transformação do espaço rural brasileiro em direção ao desenvolvimento sustentável, com o reconhecimento e a valorização do patrimônio natural e cultural no país, cabe destacar a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, instituída por meio da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, no ano de 1972, que prevê, em seus artigos 1º e 2º:

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

[...]

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,

- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1972).

Na sequência, a Constituição de 1988, em seu artigo 216, estabelece o conceito patrimônio cultural brasileiro,

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, [2022a]).

Mariuzzo (2012) define patrimônio cultural rural como aquele que “congrega o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, costumes e das formas de produção estabelecidas na área rural”. Esse conceito foi utilizado como referência para o projeto Patrimônio Cultural Rural Paulista, o qual foi desenvolvido em 17 fazendas do estado de São Paulo em 2008. A autora expõe sobre a importância do reconhecimento e da valorização do patrimônio cultural rural: “ele possibilita compreender todas as fases da ocupação do território, aspectos históricos, tecnológicos, econômicos, relações de trabalho, religiosas, alimentação, assim como valores familiares e sociais” (MARIUZZO, 2012).

Em sua reflexão sobre a construção social da noção de patrimônio rural, Alves (2004) considera duas balizas conceituais: patrimônio cultural e patrimônio natural. O autor observa a relação íntima desses conceitos com a identidade dessas sociedades: “os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e coletivo. E consideram estes bens significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro” (ALVES, 2004).

Alves (2004), a respeito dos processos de desenvolvimento local, discute sobre a temática patrimônio rural (PR), em particular aquela relativa aos recursos turísticos favoráveis a economias rurais. Cita diversos exemplos de programas e projetos de desenvolvimento, elaborados, geridos e implementados por grupos de ação local (GAL) na Europa, envolvendo diversas parcerias a favor da valorização do patrimônio. Como exemplo apresenta o programa Leader,¹ que demonstra como as áreas rurais em dificuldade procuram valorizar o passado para construir o futuro. Em seguida, trata dos movimentos de defesa e valorização do patrimônio, que tomam forma tanto no meio urbano como no rural, por meio de associações locais, grupos de ação local, coletividades e outros tipos de movimento protagonizados por cidadãos.

Alves (2004) aborda sobre a constatação do interesse crescente voltado para a preservação do patrimônio, das tradições culturais e das paisagens naturais, como também cita como exemplo a origem e o desenvolvimento do turismo rural. Esclarece que, na Europa, a valorização do patrimônio engloba em parte os elementos que

¹ “O Leader é uma abordagem “ascendente”, que reúne agricultores, empresas rurais, organizações locais, autoridades públicas e indivíduos de vários setores para formar grupos de ação local. Estes grupos preparam as suas próprias estratégias de desenvolvimento local e gerem os seus próprios orçamentos” (COMISSÃO EUROPEIA, 2021).

constituem e dão visibilidade ao mundo rural, entre eles, “a flora e fauna selvagens, paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitetônicas” (ALVES, 2004). Acrescenta que, ao patrimônio físico, soma-se a história e ainda a cultura na sua dimensão imaterial “língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer” (ALVES, 2004).

Entre outros conjuntos de valores do patrimônio rural, o autor traz a agricultura, como exemplo a agricultura portuguesa, tradicionalmente familiar, bem como a cozinha rural, “tanto na sua dimensão física, espacial, com os traços que a caracterizam, como na dimensão mais ligada aos sabores, o mesmo é dizer à gastronomia” (ALVES, 2004).

Desde o final da década de 1980, a compreensão sobre o meio rural vem passando por transformações em relação aos debates de desenvolvimento e sustentabilidade. Stumpf Jr. e Balsadi (2015), ao tratarem sobre as mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro, afirmam que o conceito do desenvolvimento no meio rural passou a ser visto de forma mais ampla, considerando além dos fatores econômicos, ligados à produção, os fatores relativos à realidade social, à problemática ambiental, à participação sociopolítica de atores sociais, à identidade territorial, à demanda por políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais. Essa nova visão ganhou força com o tema sustentabilidade,² a partir da realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92.

Stumpf Jr. e Balsadi (2015) esclarecem que o tema desenvolvimento rural firmou-se no início do século XXI, em resposta às demandas de diversas organizações da sociedade, entre elas, o setor de agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais. Afirmam, ainda, que essa nova visão tinha por objetivo resolver os históricos problemas sociais, de exclusão e de pobreza, bem como incluir o tema sustentabilidade, que, na época, estava em destaque devido aos significativos passivos ambientais gerados pela expansão do modelo agropecuário extensivo brasileiro (STUMPF JR.; BALSADI, 2015).

² Termo relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (O QUE, 2014), que foi apresentado em 1987 no Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em busca de um novo paradigma de desenvolvimento, os autores definem desenvolvimento rural como

um processo multidimensional e multifacetado, no qual um amplo conjunto de atores e instituições estão envolvidos e são protagonistas — das comunidades e agricultores(as) até os formuladores de políticas públicas, passando pelas organizações representativas de amplos setores sociais e produtivos, pelas instituições de ciência e tecnologia e pelos diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal). (STUMPF JR.; BALSADI, 2015).

Explicam Stumpf Jr. e Balsadi (2015) que “a visão de desenvolvimento rural pressupõe um olhar mais atento e um compromisso social mais presente com mudanças efetivas e melhorias reais das condições de vida das famílias e das comunidades rurais”. Nesse sentido, a partir da realização do encontro Agricultura Familiar: Construindo uma Agenda com Visão de Futuro, realizado em 2013 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), relevantes propostas voltadas a uma nova visão em direção ao desenvolvimento rural sustentável foram apresentadas.

Com destaque para algumas dessas propostas, cabe citar as seguintes: fortalecimento de metodologias participativas que valorizem a diversidade e seu uso pelas comunidades; valorização do saber local; participação dos atores locais na busca de soluções tecnológicas para resolver seus problemas; novas tendências de consumo com a busca crescente por produtos orgânicos, agroecológicos ou certificados, com valorização da produção local e de atividades não agrícola na formação da renda dos agricultores familiares; apoio ao desenvolvimento de pesquisas voltadas à avaliação econômica, social e ambiental dos sistemas alternativos de produção diferentes dos convencionais; valorização dos recursos naturais para sua preservação; fortalecimento da agenda internacional do desenvolvimento rural por meio das diversas conexões com redes de pesquisas regionais e globais (STUMPF JR.; BALSADI, 2015).

Para Costabeber e Caporal (2003), “o desenvolvimento significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos”. Neste sentido, para que haja a sustentabilidade no meio rural, faz-se necessário a ampla participação e articulação entre os diversos segmentos da sociedade civil em parceria com o Estado,

em ações, programas e projetos voltados a valorização do patrimônio cultural rural, em conciliação com o reconhecimento da importância da conservação ambiental.

4. PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS E NATURAIS PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO

Os proprietários rurais apontaram a adoção de práticas de conservação de objetos, edificações e espaços e(ou) sítios de valor históricos, paisagísticos, arqueológicos e(ou) ecológicos, em conciliação com as práticas de conservação ambiental, como atrativo no ecoturismo na APA da Serra dos Pirineus.

De acordo com as definições apresentadas por Alves (2004) sobre os processos de desenvolvimento local, dentro da temática patrimônio rural, relativa aos recursos turísticos favoráveis a economias rurais, e sobre a relação íntima dos conceitos de patrimônio cultural e natural com a identidade das sociedades, “os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e coletivo. E consideram estes bens significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro”.

A pesquisa em região com diversos e relevantes atrativos naturais e trilhas ecológicas no interior da APA da Serra dos Pirineus e entorno, apresenta com destaque as propriedades em reservas naturais, como o Salto do Corumbá e as RPPNs formadoras do Mosaico de Proteção da Serra dos Pirineus.

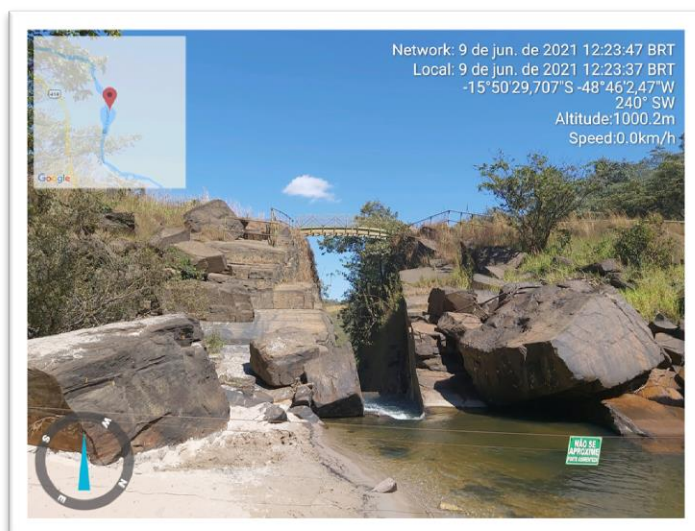
Conforme reforçam os conceitos apresentados por Mariuzzo (2012) e Alves (2004), sobre as transformações do espaço rural brasileiro em direção ao reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, os relatos demonstraram o comprometimento de proprietários rurais para a valorização dos elementos culturais e históricos em suas propriedades, como a preservação dos sítios históricos, arqueológicos e naturais, mesmo que ainda de forma incipiente, por meio da participação como prestadores de serviço de ecoturismo na APA da Serra dos Pirineus.

A maior incidência dos sítios naturais, paisagísticos e ecológicos de excepcional beleza dos trechos selecionados na pesquisa situa-se na APA da Serra dos Pirineus, onde predominam as atividades de ecoturismo, representadas pelos atrativos naturais, entre eles, a cachoeira do salto do rio Corumbá e suas corredeiras. No interior do Parque Estadual dos Pirineus, situam-se o pico dos Pirineus, um dos pontos de maior altitude na APA da Serra dos Pirineus, com 1.390 metros de altitude, e o morro do Cabeludo, com 1.350 metros.

Cabe ressaltar que as atividades de ecoturismo que predominam na APA da Serra dos Pireneus estão associadas à preservação de sítios históricos relacionados ao período da mineração do ouro na região de Corumbá de Goiás e Pirenópolis, onde existia a exploração pelo garimpo do ouro, durante o século XIX. O senhor Cleber Neres registrou a intenção de instalar um museu sobre o período histórico da mineração do ouro, como atrativo turístico no Salto do Corumbá:

Temos intenção de abrir em breve um projeto de um pequeno museu, estamos dentro de um sítio arqueológico, além de ser um sítio natural, tem uma importância histórica, o Salto do rio Corumbá foi desviado para a fins de garimpo, e a cachoeira ficou mais de 100 anos seca, só no final dos anos 80 que foi resgatado. Estamos buscando documentos, fotos e objetos para expor, para informar para as pessoas entenderem como foi este processo. O rio Corumbá sempre foi explorado para garimpo até o final do século XIX. A cidade de Corumbá de Goiás surgiu no início do século XVIII com a descoberta do ouro, que teve um ciclo muito curto, em seguida, as cidades ficaram completamente abandonadas no final do século XIX, e as atividades do ouro foram substituídas por atividade rural. O corte artificial na rocha do Salto foi batizado de Garganta do Ouro. (CLEBER NERES, 2022).

Figura 05 – Corte artificial na rocha do salto batizado de Garganta do Ouro



Fonte: autora (2021).

A valorização dos sítios históricos e arqueológicos associados ao período da mineração do ouro no entorno do PEP e da APA da Serra dos Pirineus, e no Museu Lavras de Ouro de Pirenópolis, foi destacada como parte das estratégias culturais e históricas que contribuem para a conservação do Cerrado. Nesse sentido, cabe também sublinhar a fala do proprietário da RPPN Pau Terra, Fernando Madueño, sobre a valorização dos sítios históricos e arqueológicos do período da mineração do ouro:

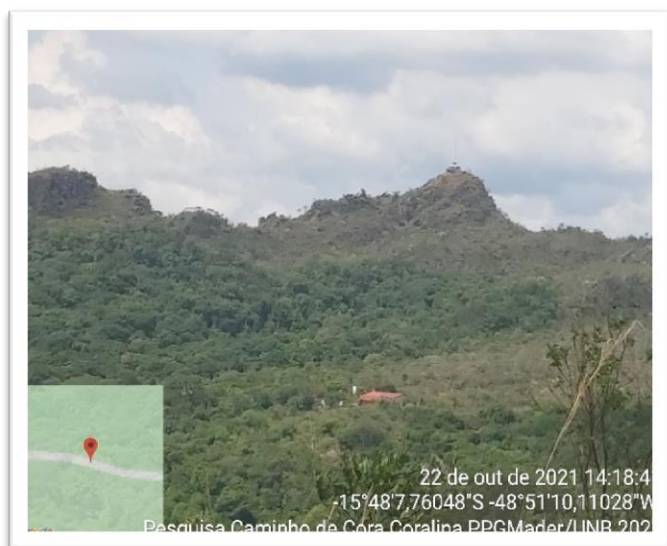
Com o mirante que temos na nossa propriedade, com vista para o sítio arqueológico e histórico construído na época da mineração, em torno de 1817, formado pela construção do canal escavado no morro de 1,5 km de extensão, com objetivo de transposição do rio Barriguda para o Rio das Almas, para dar pressão a água para exploração do ouro na região. Fatos históricos que devem constar na intenção do projeto de criação do museu do ouro em Pirenópolis. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

O senhor Bismarque Real, proprietário da RPPN Sítio Lavrinhas, enfatizou a importância de divulgar informações sobre o Cerrado e sua história aos visitantes e aos moradores da APA da Serra dos Pirineus, visando desenvolver o sentimento de valorização e reconhecimento do bioma: “ na medida que se passa informação sobre a composição e a história do Cerrado, seus mapas históricos, a ornitologia, estudo das borboletas e da vegetação nativa, as pessoas passam a considerar mais o Cerrado”.

Ressaltou-se a importância da diversidade biológica existente no interior do Parque Estadual dos Pirineus como atrativo natural, além dos elementos culturais e históricos no Caminho, como explica o senhor Bismarque Real:

Ao longo do Caminho tem muitos vestígios e muitas áreas de Cerrado preservadas, como no Parque Estadual dos Pirineus se pode ver muitas espécies. Ao longo do Caminho se passa por matas, senão primárias, mas secundárias. E quanto a história se tem muitos testemunhos ao longo do Caminho, como históricos, na serra do Caxambu, em que possivelmente os bandeirantes passaram e o trajeto já era utilizado antes de se existir estrada. (BISMARQUE REAL, 2022).

Figura 06 – Pico dos Pirineus no PEP



Fonte: autora (2021).

5. CONCLUSÃO

Os resultados demonstram a articulação entre as ações de conservação ambiental e de valorização cultural desenvolvidas nas propriedades rurais inseridas na APA da Serra dos Pirineus. A pesquisa revelou iniciativas da sociedade civil voltadas à proteção dos recursos naturais e da conservação da biodiversidade do Cerrado, com a atuação marcante dos proprietários rurais na promoção de programas de ecoturismo voltados à sensibilização e incentivo para a conservação do bioma Cerrado e a valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural, em direção ao desenvolvimento rural sustentável.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, João Emílio. **Sobre o patrimônio rural**: contributos para a clarificação de um conceito. Porto Alegre: Editora CET-ISCITE-IUL, 2004. p. 1-20. Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2120/1/Patrim%c3%b3nio%20rural.pdf>.

Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022a]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais [...]. Brasília, DF: Presidência da República,

2021a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In*: VELA, Hugo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Palloti, 2003. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/possibilidades%20e%20alternativas%20do%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 1, p. 15-42. Disponível em: <https://corpoemtransito.wordpress.com/2015/04/08/denzin-lincoln-2006>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. **Decreto nº 5.174, de 17 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental dos Pireneus e dá outras providências. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2000. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/61745/decreto-5174. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. **Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987**. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual dos Pireneus e dá outras providências. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1987. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/85280/lei-10321. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (APA Pireneus)**. Goiânia: Semad, 2021a. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1099-area-de-protecao-ambiental-dos-pireneus-apa-pireneus.html>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parque Estadual da Serra dos Pireneus (PEP)**. Goiânia: Semad, 2021b. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/component/content/article/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1111-parque-estadual-dos-pirineus-pep.html?Itemid=101>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. 1. reimpr. Campinas: Unicamp/IE, 2002. p. 1-28. (Coleção Pesquisas, v. 1).

MARIUZZO, Patrícia. Desafios para se preservar o patrimônio rural. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 61-63, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (org.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: Neag 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

O QUE é desenvolvimento sustentável. *In*: DICIONÁRIO Ambiental. [S. l.]: ((o)) eco, 26 ago. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Nova York: Unesco, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

PROJETO MAPBIOMAS. MapBiomias Alerta RAD 2021 – Relatório Anual do Desmatamento no Brasil. [S. l.]: MapBiomias, 2021b. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SHIKI, Shigeo; SHIKI, Simone de Faria Narciso; ROSADO, Patrícia Lopes. Políticas de pagamento por serviços ambientais no Brasil: avanços, limites e desafios. *In*: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 281-307.

STUMPF JR., Waldyr; BALSADI, Otavio V. Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. *In*: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 511-529.